

- Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nas questões que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

QUESTÃO 1

- 1 Agora que vamos ter eleição nova, lembraram-se alguns amigos que eu bem podia ser deputado. Tanto me quebraram a cabeça, que afinal consenti em correr às urnas.
- 4 Resta só a profissão de fé, que é o ponto melindroso. Eu podia, à semelhança de um candidato inglês, em 1869, fazer este pequenino *speech*: “Quero a liberdade política, e por isso sou liberal; mas para ter a liberdade política é preciso conservar a Constituição, e por isso sou conservador”. Mas, além de copiá-lo, se apresentasse um tal programa (o que não fica bem), não sei se essas poucas linhas, que parecem um paradoxo, não são antes (comparadas com as nossas coisas) um truísmo.

Machado de Assis. *Balas de Estalo*. In: *Obra Completa*. v. III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 430.

Em relação ao texto acima, assinale a opção **incorreta**.

- A O emprego da primeira pessoa do plural em “vamos” (l.1) indica inserção do leitor no texto como alguém que compartilha a realidade ali representada.
- B O período inicial do texto estaria gramaticalmente correto se a forma verbal “podia” (l.2) fosse substituída pelo futuro do pretérito **poderia**.
- C Na linha 3, inserção de vírgula após “que” e após “afinal” mantém a correção gramatical do período.
- D Na linha 4, a palavra “melindroso” confere às idéias do texto a noção de que a “profissão de fé” é algo complicado e de difícil execução, que se faz com esforço e correndo riscos.
- E Pelos sentidos do texto e pelo emprego da palavra “truísmo” (l.12), depreende-se a idéia de que a frase do candidato inglês é muito racional e sofisticada.

QUESTÃO 2

- 1 O Sr. Dr. Castro Lopes deseja juntar aos seus louros de latinista eminente os de legislador. Apresenta-se candidato pelo 1.º distrito com uma circular em que promete aplicar todos os esforços em prover de remédio as finanças do país. Tendo-as estudado desde longos anos, o recente candidato formulou alguns projetos, que apresentará na Câmara, tendentes principalmente “a aliviar a nação da sua dívida interna e externa, sem o mínimo gravame nem do povo nem do tesouro”. Povo e tesouro, para os efeitos puramente pecuniários, pode dizer-se que são a mesma coisa; mas o importante é que a medida, qualquer que seja, é nada menos que a salvação do Estado.

Idem. *Ibidem*, p. 436.

Em relação às informações e estruturas do texto, assinale a opção **incorreta**.

- A A inserção da palavra **lauréis** antes de “de legislador” (l.2) preservaria a coesão textual e a correção gramatical.
- B Em “Tendo-as” (l.5), o pronome átono enclítico constitui elemento coesivo que retoma o antecedente “finanças do país” (l.4).
- C A expressão “gravame” (l.8) está relacionada à idéia de ônus, gasto, impostos maiores.
- D O período contido nas linhas de 5 a 9 manteria as informações originais e estaria de acordo com as normas da língua padrão se a estrutura “nem do povo nem do tesouro” (l.8-9) fosse substituída por qualquer uma das seguintes: **ou do povo ou do tesouro, seja do povo ou do tesouro, nem do povo e do tesouro**.
- E Em “pode dizer-se” (l.10) estaria igualmente correta a colocação pronominal **pode-se dizer**.

Texto I – questões 3 e 4

(...)

- 1 Vamos ao princípio geral. S. Ex.^a confunde nomeação e vocação. Ponhamos o caso em mim. Eu, se amanhã me nomearem bispo, poderia receber com regularidade a cônica e os emolumentos, mas, por falta de vocação, preferia uma boa rede a todas as câmaras eclesiásticas. S. Ex.^a dirá, porém, que esta hipótese é absurda; aqui vai outra.
- 7 Suponhamos que no dia 15 de janeiro, por uma dessas inspirações geniais que o céu concede aos povos nos momentos supremos da história, eagem-me deputado.
- 10 Vocação, aquilo que se chama vocação ou aptidão parlamentar, não a tenho; mas tenho respeito à vontade do eleitor, à indicação das urnas, e, para conciliar a ordem soberana com a minha inófia, dividiria o tempo de maneira que fosse algumas vezes à Câmara. Poderia o eleitor, em tal caso, obrigar-me a conhecer as matérias, estudá-las, expô-las.
- 16 Redigir pareceres, fazer discursos? Não; era cair no mesmo erro de deformar a natureza com o intuito de reformá-la. O mais que o eleitor podia e devia fazer, era afirmar o seu direito soberano, elegendome outra vez.

O caso dos tabeliães é mais grave. Não se trata de um cargo temporário, como o de deputado, nem se lhe pode dar, como a este, um tal ou qual exercício mínimo e aparente, por meio de alguns papéis à Câmara. O ofício é vitalício, e exerce-se ou não. Exercê-lo sem vocação é produzir dois grandes males. Constrange-se um espírito apto para outra coisa a definhar nos recessos de um cartório, e arrisca-se a fazenda particular aos descuidos possíveis de quem faz as coisas sem amor.

Idem. *Ibidem*, p. 477.

QUESTÃO 3

Em relação ao texto I, assinale a opção **incorreta**.

- A Para assegurar o paralelismo sintático e a correlação entre tempos e modos verbais, estaria gramaticalmente correta a substituição de “preferia” (l.4) por **prefereria**.
- B A expressão “Suponhamos que” (l.7) permite que em lugar de “eagem-me” (l.9) seja empregado o subjuntivo **elegam-me**.
- C A repetição lexical como a que ocorre nas linhas 10 e 11 é um recurso estilístico de ênfase que deve ser evitado na redação de correspondências e documentos oficiais, como ofícios e leis.
- D Em “não a tenho” (l.11) o pronome “a” funciona como elemento coesivo que retoma o antecedente “Vocação, aquilo que se chama vocação ou aptidão parlamentar” (l.10-11).
- E A expressão “vontade do eleitor” (l.11-12) refere-se a uma idéia que é retomada no texto pelas expressões “indicação das urnas” (l.12) e “ordem soberana” (l.12-13).

QUESTÃO 4

Quanto às estruturas do texto I, assinale a opção **incorreta**.

- A Pelos sentidos do texto, infere-se que a palavra “inópia” (l.13) está se referindo à idéia de fraqueza, inaptidão, incompetência.
- B Em “como a este” (l.22), o termo grifado retoma o antecedente “deputado” (l.21) e, por isso, constitui um elemento de coesão textual.
- C Em “Constrange-se” (l.25) e “arrisca-se” (l.26), a partícula “se” tem a mesma função sintática, nas duas ocorrências.
- D A expressão “recessos” (l.26) está associada à idéia de períodos de paralisação das atividades, interrupção dos trabalhos.
- E A expressão “fazenda particular” (l.27) está sendo empregada no sentido de finanças, negócios ou interesses particulares.

QUESTÃO 5

Assinale a opção que apresenta erro gramatical.

- A O projeto Alfabetização Cidadã é um marco para a Justiça brasileira, pois coloca em evidência a importância de ações sociais que possam contribuir para a melhoria da sociedade. Ele faz parte de um processo de aperfeiçoamento contínuo e de reflexão a respeito das necessidades das populações mais carentes, além de ser uma referência para outros projetos de mesmo cunho.
- B Pode-se contabilizar o número aproximado de 3,5 milhões de cidadãos beneficiados pelos projetos sociais da Justiça Eleitoral, o que representa apenas 2,8% do eleitorado nacional. É pequena a abrangência dos projetos, porém esses são os primeiros passos em busca dos objetivos.
- C A responsabilidade social praticada pela Justiça Eleitoral está calcada no princípio da busca pelo estímulo ao desenvolvimento do cidadão e ao fomento da cidadania individual e coletiva. Com base nesse princípio, a partir de 1997, a Justiça Eleitoral brasileira vêm desenvolvendo trabalhos sociais, que visam a aproximação do cidadão aos procedimentos eleitorais.
- D Há uma variedade de temas propostos pelos projetos sociais, e o seu foco principal está na formação da consciência crítica do cidadão, mostrando-lhe que o voto é um instrumento de cidadania e de condução para a melhoria da qualidade de vida.
- E A Justiça Eleitoral brasileira, com os projetos desenvolvidos pelos tribunais eleitorais, demonstra sua preocupação com a responsabilidade social. Ao incentivar esses trabalhos, criam-se condições para que o cidadão conheça sua história e a história de sua comunidade, para poder, de forma crítica, exigir os seus direitos e reconhecer e cumprir os seus deveres.

Opções adaptadas da Internet: <<http://www.tse.gov.br>>.

QUESTÃO 6

Fala-se **A** muito em eleições violentas e corruptas, a bico de pena, a bacamarte, a faca e a pau. Nenhuma dessas palavras é nova **aos B** meus ouvidos. Conheço-as desde a infância. Crespas são deveras; na entrada do próximo século é **força C** mudar de método ou de **nomeclatura D**. Ou o mesmo sistema com outros nomes, ou estes nomes com diversa **aplicação E**.

Trecho adaptado de Machado de Assis. *A semana. In: Obra Completa*, v. III, Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 649.

Considerando que cada opção abaixo corresponda, no texto, à expressão ou palavra destacada em negrito que imediatamente antecede o símbolo **A**, **B**, **C**, **D** ou **E**, assinale a opção que corresponde a erro gramatical.

- A** **B** **C** **D** **E**

QUESTÃO 7

Os trechos abaixo constituem um texto, mas estão desordenados. Ordene-os de modo a constituir um texto correto, coeso e coerente.

- 1.º Os objetivos principais dessa informatização, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), são: aumentar a rapidez proporcionada pelo processo totalmente informatizado e garantir maior segurança em relação aos procedimentos anteriores de votação manual.
- 2.º Observa-se que, conforme episódios recentes das eleições norte-americanas e o caso mais polêmico sobre o sistema de votação do Senado Federal, não se consegue ainda a comprovação de que sistemas eleitorais eletrônicos podem ser sempre absolutamente confiáveis.
- 3.º A partir da realização das eleições municipais de 2000, em que o processo eleitoral foi totalmente informatizado, o Brasil adquiriu a condição inédita de nação com todos os procedimentos de voto, em todos os níveis, integralmente informatizados.
- 4.º Essas questões implicam a análise de requisitos mínimos de segurança, de privacidade e de confiabilidade que não podem ser garantidos por mecanismos simples. A segunda, de caráter político, apresenta ponderações que invocam as questões econômicas.
- 5.º Há vulnerabilidades de dois tipos. A primeira diz respeito a questões técnicas e que devem ser consideradas sob a ótica de qualquer projeto informacional.

Trecho adaptado de Evandro Luiz de Oliveira, Internet: <<http://www.informaticapublica.mg.gov.br>>.

Assinale a opção correspondente à ordenação correta dos trechos.

- A 3.º, 1.º, 5.º, 4.º, 2.º
- B 4.º, 5.º, 3.º, 2.º, 1.º
- C 2.º, 3.º, 1.º, 5.º, 4.º
- D 5.º, 4.º, 2.º, 1.º, 3.º
- E 1.º, 2.º, 4.º, 3.º, 5.º

QUESTÃO 8

Os elementos destacados no texto abaixo podem conter erros gramaticais.

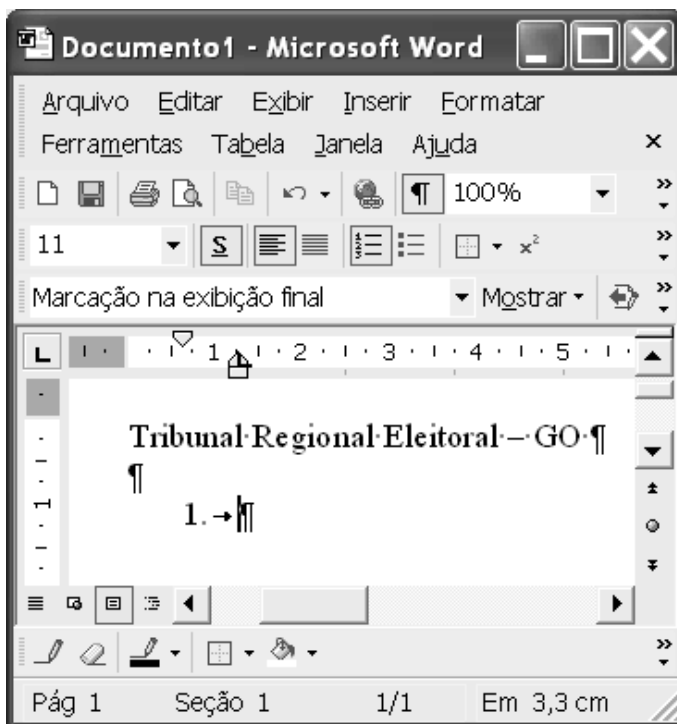
As eleições realizadas **em** outubro de 2000 foram **o marco** mais importante de um projeto de informatização do processo eleitoral brasileiro. A utilização de recursos computacionais **em** apoio **ao** processo eleitoral vem crescendo **desde à** década de 70, com grande ênfase, na década de 80, **a** determinadas etapas do processo. Para entendermos o significado **desse** processo é necessário **dividi-lo** em etapas. A etapa inicial consiste **na** recepção do voto de cada eleitor, a segunda etapa vai desde a abertura da urna contendo votos dos eleitores **até a** finalização dos mapas de apuração de urna, conhecidos como Boletim de Urna (BU), e a etapa final vai **da** obtenção dos BUs **à** totalização e **à** divulgação dos resultados **pelos** tribunais regionais eleitorais.

Texto adaptado de Evandro Luiz de Oliveira, Internet: <<http://www.informaticapublica.mg.gov.br>>.

A quantidade de erros gramaticais é igual a

- A** 1. **B** 2. **C** 3. **D** 4. **E** 5.

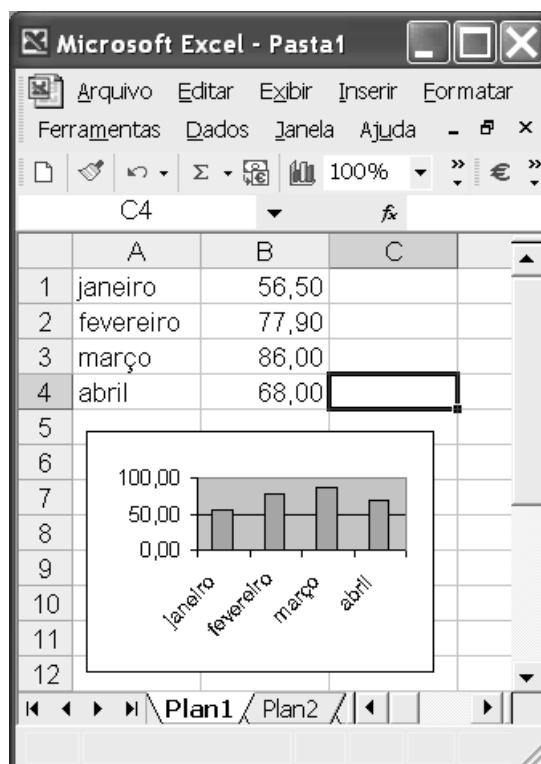
QUESTÃO 9



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em processo de edição, assinale a opção **incorreta**.

- A Na situação da janela mostrada na figura, é correto concluir que, se um usuário iniciar a digitação de um trecho de texto, este será inserido em parágrafo numerado, alinhado à esquerda e com a fonte sublinhada.
- B Sabendo que a palavra “Eleitoral” não está formatada para negrito, para aplicar negrito a essa palavra, é suficiente aplicar uma clique duplo sobre a referida palavra; pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**; teclar **N**; liberar a tecla **Ctrl**.
- C Para se eliminar a marca de tabulação ou recuo de texto observada no parágrafo numerado, é suficiente, na situação da janela ilustrada, teclar **Tab**.
- D Caso se clique o botão **x²** e, a seguir, se inicie a digitação de um trecho de texto, este será inserido com a fonte tendo efeito sobrescrito.
- E Por meio de opção encontrada no *menu* **Inserir**, é possível inserir-se uma quebra de seção no documento em edição. Caso o documento contenha duas seções, uma delas pode ter uma única coluna de texto, enquanto a outra seção pode ser definida com duas colunas de texto.

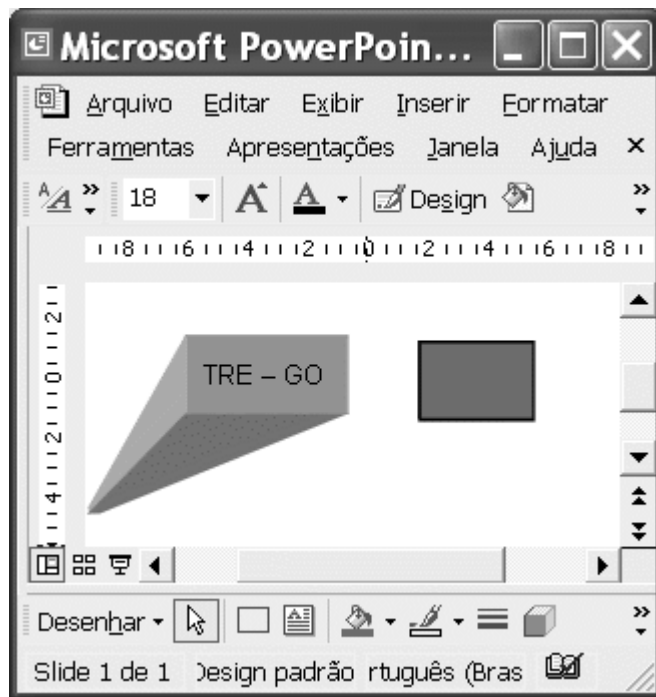
QUESTÃO 10







Considerando a figura acima, que ilustra uma planilha do Excel 2002, assinale a opção correta.

- A O gráfico mostrado na planilha pode ter sido criado por meio do seguinte procedimento: selecionar as células de A1 a B4 e, a seguir, clicar o botão **Gráfico**.
- B Caso se deseje inserir legenda no gráfico mostrado na planilha, é possível fazê-lo por meio de janela acessada ao se clicar a opção *Legenda* no *menu* **Inserir**, após ter selecionado o referido gráfico.
- C As células de A1 até A4 podem ter sido preenchidas por meio do seguinte procedimento: clicar a célula A1; digitar “janeiro”; pressionar e manter pressionada a tecla **Shift**; arrastar com o *mouse* o canto inferior direito da célula A1 até a célula A4; liberar a tecla **Shift**.
- D Considere a realização do seguinte procedimento: selecionar o gráfico mostrado na planilha; no *menu* **Editar**, clicar Copiar; clicar **Plan2**; no *menu* **Editar**, clicar Colar. Após esse procedimento, o gráfico ilustrado será copiado para uma nova planilha e, caso os valores mostrados nas células de A1 a A4 sejam alterados, essa alteração será atualizada no gráfico copiado.
- E É possível modificar a cor usada nas barras do gráfico mostrado na planilha, após este ser selecionado, por meio de opção existente na lista disponibilizada ao se clicar o *menu* **Formatar**.

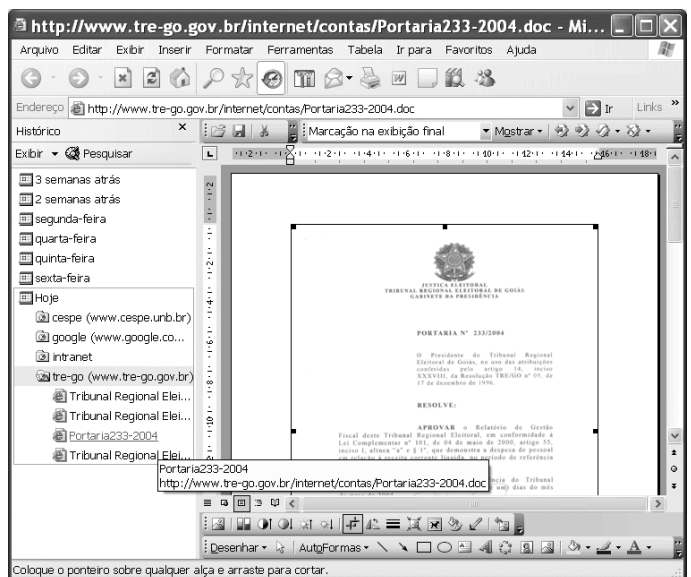
QUESTÃO 11








Considerando a janela do PowerPoint 2002 mostrada na figura acima, assinale a opção correta.

- A Por meio da opção Slides de arquivos, encontrada no menu **Apresentações**, obtém-se acesso a uma janela que permite procurar um arquivo .ppt armazenado em arquivo para, caso se deseje, inserir todos ou alguns dos *slides* contidos nesse arquivo na apresentação em elaboração.
- B A partir da janela ilustrada, é correto concluir que o texto “TRE – GO” e o efeito 3D mostrado foram inseridos no *slide* utilizando-se recursos da caixa de diálogo acessível ao se clicar o botão .
- C Caso se deseje inserir uma borda retangular no objeto em 3D, a exemplo da que existe no objeto em 2D, é possível fazê-lo selecionando-se o objeto 3D e clicando-se o botão .
- D Caso se clique o botão , tem-se acesso a uma janela que contém objetos denominados *clip-art*, que podem ser inseridos no *slide* atual.
- E A cor de preenchimento do objeto 2D mostrado no *slide* pode ser alterada por meio de recursos acessíveis ao se clicar a seta no conjunto de botões .

QUESTÃO 12




Considere que, após algumas operações de navegação no sítio cujo URL é <http://www.tre-go.gov.br>, em sessão de uso do Internet Explorer 6 (IE6) em um computador PC, um usuário tenha obtido a janela do IE6 acima ilustrada, que foi capturada quando o ponteiro do *mouse* encontrava-se sobre o *link*  [Portaria233-2004](#), correspondente à página mostrada na área de trabalho do IE6. As informações apresentadas nessa janela do IE6 são suficientes para concluir que

- A a página mostrada refere-se a um documento Word, que está sendo visualizado por meio do IE6. A partir do IE6, o referido documento poderia ser editado e salvo no computador.
- B o computador, durante o acesso à Internet, estava conectado a uma rede *wireless* do tipo *ad hoc* e, caso o usuário clicasse o botão , a página *web* mostrada seria enviada na forma de *short message* aos endereços eletrônicos de destinatários previamente definidos. Nessa operação, o Outlook Express poderia ser utilizado, caso estivesse convenientemente configurado.
- C a janela do IE6 ilustrada seria fechada se o botão  fosse clicado. Porém, caso a conexão com a Internet que permitiu o acesso à página ilustrada fosse do tipo ADSL, o fechamento dessa janela não acarretaria a desconexão do computador ao provedor de acesso à Internet.
- D seria iniciado processo de acesso a uma *intranet*, ao qual o computador mencionado acima pertence, caso fosse clicado o ícone  *intranet*. Essa *intranet* corresponde a uma rede LAN (*local area network*) *ethernet*.
- E seriam listados os URL de todas as páginas favoritas do IE6, caso fosse clicado o botão .

QUESTÃO 13


Considere que um usuário, ao manipular seu computador PC, que dispõe do sistema operacional Windows XP, executou a janela ilustrada na figura ao lado. Com relação ao Windows XP e aos recursos e informações acessíveis por meio dessa janela, assinale a opção **incorreta**.


- A** As informações contidas na janela apresentada são suficientes para concluir que o computador do usuário tem nele instalada uma


impressora HP LaserJet associada ao ícone  HP8150-ACAD-PS.


- B** As informações contidas na janela apresentada são suficientes para concluir que, no momento em que essa janela foi capturada, havia um documento em processo de impressão na impressora


associada ao ícone  HP8150-ACAD-PS e que essa impressora não estava em pausa.

- C** A partir da situação ilustrada, ao se clicar o botão  **Compartilhar esta impressora**, será executada uma janela que dá acesso a

wizard de configuração de rede que permite compartilhar a impressora associada ao ícone  HP8150-ACAD-PS com computadores pertencentes às redes às quais o computador do usuário tem acesso. Esse compartilhamento permite, por exemplo, que um computador pertencente a rede comum ao computador do usuário seja utilizado para enviar documentos para a impressão na

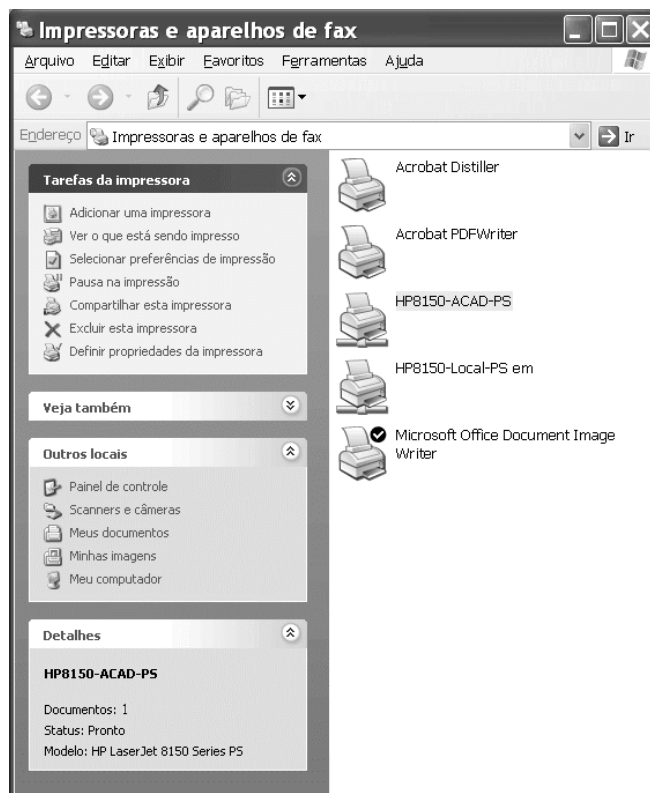
impressora correspondente a  HP8150-ACAD-PS.

- D** Considere que o usuário tenha enviado para imprimir na impressora correspondente ao ícone  HP8150-ACAD-PS um documento

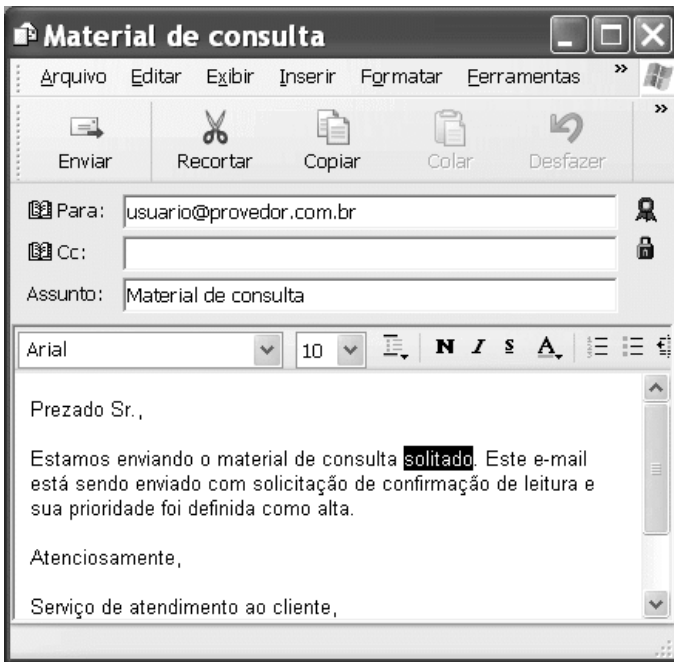
Word 2002 que ele estava editando. Após algum tempo sem obter o resultado desejado, o usuário suspeitou que a impressora ou a conexão entre o computador e esta poderia estar com algum problema. Nessa situação, a verificação do *status* de impressão do documento enviado à impressora pode ser realizada ao se clicar, com o botão direito do *mouse*, o ícone  HP8150-ACAD-PS, e, na lista de opções disponibilizada, clicar **Abrir**.

- E** Para a impressão de documentos a partir do computador do usuário, a impressora-padrão atualmente definida é a associada ao



ícone  HP8150-ACAD-PS.

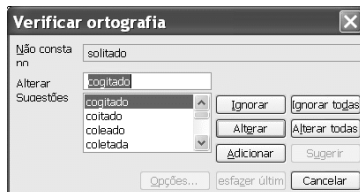




QUESTÃO 14



Considerando as informações contidas na janela do Outlook Express 6 (OE6) acima ilustrada, assinale a opção correta.

- A A afirmação “Este e-mail está sendo enviado com solicitação de confirmação de leitura” confirma-se pela presença do símbolo  na janela do OE6.
- B Ao se clicar , será iniciado processo de envio da mensagem de correio eletrônico ilustrada acima a pelo menos um contato, de endereço usuario@provedor.com.br. Essa mensagem não contém arquivo anexado.
- C Na situação ilustrada na figura, ao se aplicar um clique duplo sobre a palavra **solitado**, é possível obter a janela mostrada a seguir, caso o OE6 esteja devidamente configurado.



- D Ao se clicar , o endereço usuario@provedor.com.br será inserido no caderno de endereços associado à entidade atualmente ativa no OE6.
- E Ao definir prioridade “alta” no envio da mensagem de correio eletrônico mostrada acima, está-se garantindo que a respectiva mensagem será criptografada antes de seu envio. O símbolo  na janela do OE6 indica a prioridade alta de envio de mensagem criptografada.

Texto II – questões 15 e 16

Os Estados Unidos da América (EUA) invadiram o Iraque à procura de armas de destruição em massa. A guerra eclodiu e os EUA derrubaram o regime de Saddam Hussein. A arma de destruição em massa com que os países invasores do Iraque deveriam ter preocupação é aquela causada por eles mesmos, o aquecimento global. Segundo um ex-presidente do Instituto Britânico de Meteorologia, “o aquecimento do planeta é uma arma de destruição em massa tão perigosa como as armas químicas, nucleares ou biológicas. Só em maio deste ano, 562 tornados atingiram os EUA, matando 41 pessoas. Mas são os países em desenvolvimento os mais atingidos”. Ele cita, também, a onda de calor que atingiu a Índia antes das monções, com temperaturas muito superiores às normalmente registradas, e diz que “quando esta onda de calor assassino começou a baixar, já havia matado 1.500 pessoas, ou seja, a metade das vítimas dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 em Nova York”.

Gilberto Alves da Silva. Aquecimento global. In: *Jornal do Brasil*, 9/12/2004, p. A13 (com adaptações).

QUESTÃO 15

No texto II, faz-se analogia entre a alegada razão para a invasão do Iraque e o fenômeno do aquecimento global. Relativamente ao primeiro tópico, assinale a opção correta.

- A A decisão norte-americana de invadir o Iraque foi respaldada, desde o início, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, certamente expressando um sentimento universal de repulsa aos atos terroristas do 11 de setembro de 2001.
- B Apesar da inicial incredulidade de boa parte da opinião pública mundial, os EUA conseguiram provar, pouco tempo depois de terem ocupado o Iraque, a existência do poderoso arsenal de armas de destruição em massa que Saddam Hussein havia adquirido.
- C A invasão do Iraque inscreve-se no contexto mais amplo da política externa norte-americana de George W. Bush, assinalada pelo multilateralismo e pela prevalência da negociação política, de modo que a força é utilizada apenas em situações especialíssimas.
- D O êxito político da incursão militar sobre o Iraque, expresso na deposição e na posterior prisão de Saddam Hussein, deveu-se, em larga medida, ao apoio incondicional que os EUA receberam da União Européia, especialmente por parte do Reino Unido, da França e da Alemanha.
- E A operação militar contra o Iraque contemplou duas situações distintas. De um lado, a fácil e rápida vitória inicial contra as forças inimigas; de outro, a enorme dificuldade de manter o país sob controle, em face da decidida resistência de grupos locais.

QUESTÃO 16

Considerando as informações do texto II sobre a atualidade da questão ambiental, particularmente em termos do fenômeno do aquecimento global, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Tal como o terrorismo contemporâneo, o aquecimento climático produzido pelo homem não tem fronteira, podendo atacar nos mais diversos locais e sob as mais variadas formas, a exemplo de ondas de calor, tempestades, tornados, enchentes ou secas.
- Ⓑ A maior parte da emissão em larga escala de gases poluentes, causadores ou amplificadores do chamado efeito estufa, é feita pelos países em desenvolvimento ou emergentes, provavelmente em face de suas carências técnicas.
- Ⓒ A elevação do nível dos oceanos é uma das conseqüências do aquecimento global e, no limite, poderá levar à inédita criação da figura do refugiado ambiental, caso desapareçam ilhas ou arquipélagos hoje existentes.
- Ⓓ O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional que, embora considerado tímido em suas metas por alguns especialistas, pretende levar os países que mais poluem a atmosfera a reduzirem os níveis de gases que emitem.
- Ⓔ A preocupação com o meio ambiente é algo relativamente recente, ganhando impulso sobretudo a partir da década de 70 do século passado, quando governos, organismos multilaterais e organizações não-governamentais debruçaram-se mais detidamente sobre o tema.

Texto III – questões 17 e 18

A morte de Iasser Arafat deixou um grande vazio e suscitou diversas interrogações quanto ao futuro do conflito e do processo de paz. Do lado dos palestinos, a morte de um símbolo, do “velho” líder carismático de mais de meio século de resistência, é sentida como o episódio mais recente de um drama interminável: Arafat não conquistou o Estado palestino, e nada parece indicar que os palestinos vão obtê-lo, tanto que estão mais pessimistas do que nunca. Ariel Sharon, por seu lado, afirmava, com a concordância implícita de Washington, que Arafat era um obstáculo à paz; com seu desaparecimento, tanto ele quanto Bush dizem que “alguma coisa” volta a ser possível. Será que ainda é possível acreditar neles?

Tariq Ramadan. *Novas estratégias para o Oriente Médio?* In: *Folha de S. Paulo*, 28/11/2004, p. A39.

QUESTÃO 17

A partir do texto III e considerando o papel histórico desempenhado por Arafat, assinale a opção correta.

- Ⓐ O “grande vazio” a que o texto alude, referindo-se à morte de Arafat, explica-se pela inexistência de candidatos à sucessão do líder recentemente falecido.
- Ⓑ Do princípio ao fim, a trajetória de Arafat pautou-se pela coerência, permanentemente assentada na crença quanto a uma solução politicamente negociada para a questão palestina.
- Ⓒ A longevidade da liderança de Arafat deveu-se, entre outros fatores, à unanimidade do apoio que sempre recebeu das demais lideranças políticas árabes.
- Ⓓ A eterna desconfiança que nutriu em relação aos governantes israelenses e norte-americanos levou Arafat a recusar-se a qualquer acordo de paz patrocinado por Washington.
- Ⓔ Para o atual chefe de governo de Israel, a morte de Arafat pode significar a remoção de determinados entraves aos avanços nas negociações de paz na região, perspectiva, aliás, questionada pelo texto.

QUESTÃO 18

Ainda tendo por referência inicial o texto III e considerando a inserção do Oriente Médio no atual cenário mundial, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Sob o ponto de vista econômico, há algum tempo o Oriente Médio perdeu sua importância estratégica, já que novos e abundantes produtores de petróleo — como a Venezuela, por exemplo — vieram ocupar seu lugar no abastecimento mundial desse importante produto.
- Ⓑ Na história contemporânea, o Oriente Médio foi alvo das atenções das grandes potências mundiais, que, na defesa de seus interesses, promoveram e desfizeram alianças, além de, não raro, terem forjado fronteiras nacionais na região.
- Ⓒ A recusa dos países árabes em aceitar a decisão das Nações Unidas de partilhar a Palestina, da qual se originou o Estado de Israel, gerou um quadro de permanente instabilidade na região, marcado por guerras sucessivas e pela explosão de ódios recíprocos.
- Ⓓ Quase nunca houve real unidade entre os Estados árabes, o que contribuiu para o enfraquecimento de suas posições. Houve momentos em que os próprios refugiados palestinos foram expulsos de países árabes.
- Ⓔ Conquanto mantenham relações tradicionalmente muito próximas com alguns governos árabes, como é o caso da Arábia Saudita, os Estados Unidos da América sempre foram aliados de Israel.

Texto IV – questões 19 e 20

A coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Dra. Zilda Arns, acaba de receber mais uma proposta desafiadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): coordenar a Pastoral da Pessoa Idosa (PPI). A nova pastoral terá uma metodologia similar à da Pastoral da Criança. O objetivo da PPI será criar condições para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas na família, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, por meio da promoção do desenvolvimento físico, mental, social, espiritual, cognitivo e cultural dos idosos. Outro objetivo será colaborar para a divulgação e implementação do Estatuto do Idoso.

Família Cristã, Ano 71, n.º 828, dez/2004, p. 13 (com adaptações).

QUESTÃO 19

Tendo o texto IV como referência inicial e considerando os aspectos sociais que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- I Muitos são os fatores responsáveis pelo êxito alcançado pela Pastoral da Criança, entre os quais podem ser citados a extrema capilaridade do programa — presente em todas as regiões do país — e o exército de voluntários bem preparados que nele atuam.
- II Agindo preferencialmente nas áreas mais carentes, a Pastoral da Criança notabilizou-se por suas fórmulas simples e eficazes no combate à desnutrição infantil, a começar pela adoção de um soro caseiro que se mostrou capaz de salvar milhares de vidas.
- III Ainda que distante do que se considera ideal, quando comparado com países mais desenvolvidos, o índice de mortalidade infantil no Brasil está em queda, algo que, em geral, denota melhoria das condições de saúde pública no país.
- IV Ao universalizar o acesso à educação infantil, colocando em creches e pré-escolas a quase totalidade das crianças de zero a 6 anos de idade, o Brasil criou uma rede de proteção social para essa faixa etária somente comparável à existente no designado Primeiro Mundo.
- V O Brasil entrou no século XXI com uma invejável estrutura de saneamento básico, praticamente atingindo todas as cidades do país, razão pela qual conseguiu reduzir drasticamente o número de mortes e de internações hospitalares causadas pela falta de esgotamento sanitário e de água tratada.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

QUESTÃO 20

Ainda tendo por referência inicial o texto IV, julgue os itens que se seguem, relativos ao tema nele abordado e a aspectos relevantes da realidade social brasileira.

- I Recentes dados estatísticos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitem afirmar que está em curso um processo de envelhecimento da população, ou seja, a expectativa de vida do brasileiro está crescendo.
- II Por seu trabalho na Pastoral da Criança, a Dra. Zilda Arns — que, conforme o texto, também coordenará a Pastoral da Pessoa Idosa — chegou a ser indicada pelo governo brasileiro a concorrer ao Prêmio Nobel da Paz.
- III Conquanto se saiba que os problemas da previdência social sejam múltiplos e de causas diversas, o aumento da expectativa de vida do brasileiro entrou nos cálculos daqueles que defenderam alterações nas regras das aposentadorias.
- IV Acidentes de trânsito, tanto nas estradas como em vias urbanas, e homicídios situam-se entre os principais fatores de morte prematura de jovens no Brasil, em especial os do sexo masculino.
- V A ausência de uma legislação específica voltada para a proteção dos cidadãos na chamada terceira idade é vista como sério obstáculo à implantação de políticas públicas que dêem dignidade e melhores condições de vida aos brasileiros mais velhos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.
- E 5.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Acerca da teoria geral da Constituição, assinale a opção correta.

- A Quanto à mutabilidade, as Constituições podem ser escritas ou não-escritas. Exemplo de Constituição não-escrita e duradoura é a Constituição inglesa.
- B O princípio da supremacia constitucional formal aplica-se a todas as espécies de Constituição.
- C Conforme a classificação das normas constitucionais de José Afonso da Silva, a norma de eficácia contida é aquela que assegura o imediato direito expresso no preceito constitucional, mas permite a sua restrição por meio de lei.
- D A técnica da interpretação conforme a Constituição tem aplicação mesmo quando não há qualquer espaço para divergências interpretativas.
- E A tópica é um método interpretativo constitucional que visa analisar a norma como parte de um sistema normativo, de forma que, se ela for incompatível com o sistema, será dele excluída para manter o sistema.

QUESTÃO 22

Em relação à Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

- A A Constituição Federal veda a realização de novo concurso público enquanto não tiver sido encerrado o prazo de validade do concurso público anterior.
- B A colaboração de interesse público pode se dar entre as igrejas ou cultos religiosos e a União, Distrito Federal, estados e municípios, apesar de a República Federativa Brasileira ser um Estado leigo.
- C A imunidade recíproca não se estende à empresa pública, mesmo quando esta executa serviço público privativo da União em regime de monopólio.
- D No controle de constitucionalidade pela via direta não se admite a figura do *amicus curiae*.
- E Os estados e o Distrito Federal são regidos pelas respectivas Constituições estaduais e distrital, enquanto os municípios são regidos por meio de lei orgânica.

QUESTÃO 23

Acerca da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

- A Pelo princípio da concordância prática ou da harmonização, tem-se consagrada a natureza relativa dos direitos fundamentais, os quais encontram limites em outros direitos igualmente fundamentais.
- B O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político inclusive para tratar, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, de direitos individuais disponíveis como, por exemplo, a impugnação a um tributo considerado inconstitucional.
- C Os tratados internacionais, quando tratam de matéria relativa aos direitos humanos, são incorporados como normas constitucionais, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- D Para o Supremo Tribunal Federal, há direito fundamental ao duplo grau de jurisdição administrativa, de forma que qualquer limitação a este direito viola inclusive o direito de petição aos poderes públicos.
- E Os cargos em comissão podem ser ocupados por pessoas que não sejam detentoras de diploma de nível superior, bastando apenas que sejam pessoas de confiança da autoridade competente para nomeá-las.

QUESTÃO 24

A respeito da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta.

- A A vedação de cumulação de cargos públicos não ocorre quando um servidor ocupa cargo público de nível médio com outro cargo público de professor.
- B Dois terços dos ministros do Tribunal de Contas da União são escolhidos pelo Congresso Nacional e por este nomeados.
- C O denominado quinto constitucional se aplica aos seguintes tribunais: tribunais de justiça dos estados, tribunais regionais federais e Superior Tribunal de Justiça.
- D O crime político é julgado pela justiça federal de 1.^a instância com recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- E A composição do Tribunal Superior Eleitoral se faz, entre outros, por dois advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, nomeados pelo Presidente da República, entre seis indicados pelo Supremo Tribunal Federal, após prévia seleção pela Ordem dos Advogados do Brasil.

QUESTÃO 25

Com relação aos atos e aos contratos administrativos, ao controle da administração pública, ao domínio público e às licitações, assinale a opção correta.

- A O atributo da presunção de validade dos atos administrativos obriga o agente público a cumprir todo e qualquer ato que se insira em sua esfera de atribuições, sob pena de responsabilidade administrativa.
- B Considere que José, um membro do Ministério Público, recebe representação subscrita por cidadão e não lhe compete a adoção de providência alguma com referência ao conteúdo do documento. Nessa situação, José deve, em qualquer caso, promover o arquivamento da representação e comunicar o fato ao interessado, para que este se dirija à autoridade competente, caso deseje.
- C Os bens imóveis dominicais da União podem ser alienados, desde que cumpridos, essencialmente, os seguintes requisitos: prévia demonstração do interesse público na alienação, avaliação, licitação e autorização legislativa e do presidente da República. A licitação será dispensada em certos casos, como nos de dação em pagamento e de doação a ente do poder público.
- D As diferentes espécies de contratos administrativos são derivadas do direito privado, com a incidência de normas peculiares do direito público.
- E Nas licitações, o princípio da adjudicação compulsória implica o direito do licitante vencedor a firmar o contrato com o poder público, em prazo razoável, sob pena de, não ocorrendo isso, fazer jus a indenização.

QUESTÃO 26

O aparelho estatal exercente de atividades administrativas é composto pela própria pessoa do Estado, atuando por meio de suas unidades interiores — os órgãos — e por pessoas jurídicas que cria para auxiliá-lo em seus misteres — as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações governamentais, que, na linguagem legal brasileira, compõem a administração indireta.

Celso Antônio Bandeira de Mello. *Curso de Direito Administrativo*. 14.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 119.

No que se refere ao tema do texto apresentado, assinale a opção correta.

- Ⓐ A técnica da descentralização envolve, necessariamente, a distribuição de competência estatal de uma para outra pessoa, seja ela física ou jurídica.
- Ⓑ As pessoas jurídicas concessionárias e permissionárias de serviços públicos são entes criados pelo Estado e integram a administração indireta.
- Ⓒ As autarquias podem ser criadas por lei ou por decreto independente de autoria do presidente da República.
- Ⓓ As fundações criadas pelo poder público têm, necessariamente, personalidade jurídica de direito público.
- Ⓔ O direito brasileiro não contempla a existência de sociedade com um único sócio, de maneira que mesmo o poder público, quando pretende criar empresa pública ou sociedade de economia mista, tem de estabelecer a participação de pelo menos duas pessoas no capital da pessoa jurídica.

QUESTÃO 27

Quanto aos agentes administrativos, ao processo administrativo, aos poderes da administração, à desapropriação e ao abuso de poder, assinale a opção correta.

- Ⓐ Diferentemente do que ocorria em relação ao regime constitucional anterior, a Constituição da República de 1988 exige aprovação em regular concurso público para o provimento inicial, também dito originário, de qualquer cargo, emprego ou função pública.
- Ⓑ Devido à proteção constitucional ao direito de propriedade, as requisições administrativas dependem de indenização prévia, pois configuram restrição àquele direito.
- Ⓒ Os chamados poderes discricionário e vinculado são categorias específicas de poderes da administração pública, que não podem ser exercidos conjuntamente com outros, tais como os poderes hierárquico, disciplinar e regulamentar.
- Ⓓ No processo administrativo, o princípio da oficialidade possui maior amplitude que no processo judicial, pois neste impõe ao juiz impulsionar o processo de ofício, mas não lhe permite inaugurar *ex officio* a relação processual; no processo administrativo, a própria administração pública pode instaurar o processo.
- Ⓔ O abuso de poder é uma categoria específica de ato ilícito, passível de punição na esfera administrativa. Por essa razão, o abuso de poder não configura hipótese de ato de improbidade, porquanto este constitui outra categoria de ilícito.

QUESTÃO 28

Conforme o Código Eleitoral, compete ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a expedição de instruções para regulamentar o processo eleitoral. Tendo em vista a utilização de tecnologias modernas no processo eleitoral, mediante processamento eletrônico de dados, o tribunal expediu a Resolução n.º 21.538/2003, que disciplina o alistamento e os serviços eleitorais mediante essa tecnologia. Com base na referida resolução, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ É admitido o alistamento, no ano da eleição, do jovem que completar 16 anos de idade até o dia do pleito.
- Ⓑ O título de eleitor é prova de quitação eleitoral até a data de sua emissão.
- Ⓒ É obrigatória a correição eleitoral quando o eleitorado da Zona Eleitoral for superior a 65% da população.
- Ⓓ Na revisão do eleitorado, admite-se a comprovação de domicílio mediante cheque bancário.
- Ⓔ É vedado ao delegado de partido político acompanhar a emissão do título eleitoral.

Texto I – questões 29 e 30

As oligarquias regionais, a cultura política patrimonialista e o forte peso do poder econômico são algumas das marcas definidoras da política brasileira e têm grande importância nos processos eleitorais. Para mitigar essa influência, o legislador constituinte decidiu que os parentes dos ocupantes de cargos públicos executivos são inelegíveis, no território de jurisdição do titular. Além disso, a Constituição Federal define que uma lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato e a normalidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

QUESTÃO 29

Considerando o texto I, os princípios da Constituição Federal de 1988, a Lei das Inelegibilidades e a Lei Complementar n.º 64/2000, julgue os itens a seguir.

- I Deputado federal em exercício do mandato, irmão de governador, é elegível, se for candidato à reeleição.
- II Os estrangeiros residentes no Brasil são inelegíveis, uma vez que são inalistáveis, inclusive os portugueses que gozam dos direitos do Estatuto da Igualdade.
- III Para concorrer ao cargo de deputado federal, o governador deve afastar-se deste cargo seis meses antes da eleição.
- IV A morte do prefeito da cidade implica a elegibilidade da viúva, conforme interpretação do TSE.
- V A relação de união estável (concubinato, na letra da lei) não gera inelegibilidade para o irmão da concubina.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e IV.
- Ⓑ I, II e V.
- Ⓒ I, III e IV.
- Ⓓ II, III e V.
- Ⓔ III, IV e V.

QUESTÃO 30

Considerando ainda o texto I, os princípios da Constituição Federal de 1988, a Lei das Inelegibilidades e a Lei Complementar n.º 64/2000, julgue os itens seguintes.

- I A arguição da inelegibilidade de candidato a deputado federal deve ser feita perante o tribunal regional eleitoral do estado em que concorre o candidato.
- II A renúncia do titular do cargo de governador afasta a inelegibilidade de seus parentes.
- III Candidato a vereador que responde a inquérito penal por tráfico de drogas é inelegível, por falta de bons antecedentes.
- IV Ocupante de cargo de diretoria do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) deve afastar-se do cargo para candidatar-se quatro meses antes do pleito.
- V Condenado criminalmente por crime de lesão corporal grave, com sentença transitada em julgado, é inelegível.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e V.
- D III e IV.
- E III e V.

QUESTÃO 31

A respeito do processo de votação e apuração de votos, nos termos do Código Eleitoral, julgue os itens que se seguem.

- I Servidor de tribunal regional eleitoral, especializado em processo eleitoral, pode ser presidente de mesa receptora de votos.
- II O cidadão indicado para mesário eleitoral, se for irmão de candidato e não declarar seu impedimento, incorre em crime eleitoral.
- III A Justiça Eleitoral deve entregar aos eleitores regularmente inscritos os seus títulos de eleitor até 70 dias antes do pleito.
- IV Policiais militares em serviço podem votar fora da seção eleitoral em que estão inscritos.
- V O poder de polícia dos trabalhos eleitorais é exercido pela Polícia Militar de cada unidade federativa.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, II e V.
- C I, III e V.
- D II, III e IV.
- E III, IV e V.

Texto II – questões 32 e 33

A Constituição Federal assegura ampla liberdade de organização e funcionamento aos partidos políticos. Em razão dessa liberdade, muitos partidos políticos foram criados no Brasil, desde 1988. Para disciplinar a matéria, foi promulgada a Lei n.º 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos).

QUESTÃO 32

Acerca dos princípios constitucionais relativos aos partidos políticos e da lei a que se refere o texto II, julgue os itens subsequentes.

- I O sistema eleitoral brasileiro contempla o monopólio dos partidos políticos na representação eleitoral.
- II É admitida a criação de partido político cujo programa seja contrário ao regime democrático e aos direitos fundamentais da pessoa humana.
- III É facultado aos partidos políticos formar, mediante recrutamento público, organização paramilitar de autodefesa.
- IV Para conseguir o registro de um novo partido, seus fundadores, após requererem esse registro junto ao cartório de registro civil de pessoas jurídicas, devem buscar o apoio de eleitores que somem, pelo menos, 0,5% dos eleitores que votaram validamente nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados.
- V Os partidos políticos, no sistema jurídico-constitucional brasileiro, são pessoas jurídicas de direito público.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e V.
- D III e IV.
- E III e V.

QUESTÃO 33

Ainda acerca dos princípios constitucionais relativos aos partidos políticos e da lei a que se refere o texto II, assinale a opção correta.

- A Os partidos podem exigir de seus filiados um prazo de filiação partidária superior a um ano, para que possam ser candidatos às eleições majoritárias ou proporcionais.
- B O partido político pode determinar a perda do mandato do vereador que votar sistematicamente contra a orientação partidária na Câmara Municipal.
- C Mediante autorização da assembleia geral, os sindicatos têm o direito de apoiar financeiramente os partidos com os quais têm afinidade ideológica.
- D Os recursos oriundos do Fundo Partidário, legalmente recebidos pelos partidos, somente podem ser utilizados em campanhas eleitorais.
- E O horário eleitoral é gratuito, não gerando às emissoras de rádio e TV qualquer direito à compensação fiscal ou de outra natureza.

QUESTÃO 34

Com relação a crimes definidos no Código Eleitoral e seu processo, de acordo com a lei e a jurisprudência do TSE, julgue os itens a seguir.

- I As infrações penais eleitorais são de ação pública.
- II Constitui crime, punível com até dois meses de detenção, abandonar o serviço eleitoral sem justa causa.
- III É vedado ao cidadão estrangeiro participar de campanhas eleitorais, inclusive as realizadas em recintos fechados.
- IV Somente os partidos políticos e o Ministério Público podem representar por crime eleitoral.
- V Os servidores de tribunal regional eleitoral podem pertencer a diretório de partido político, desde que comuniquem o fato aos seus superiores hierárquicos.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B I, II e V.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E III, IV e V.

QUESTÃO 35

Com relação a recursos, assinale a opção correta.

- A O recurso extraordinário tem como pressuposto básico a sucumbência e, como pressuposto de admissibilidade, que a parte demonstre que a sentença impugnada tornou-se gravosa por ter infringido a ordem jurídica constitucional ou infraconstitucional.
- B Nos recursos constitucionais, são devolvidas todas as questões suscitadas e discutidas na causa. Assim, se a parte suscitou dois fundamentos de defesa e ambos foram desacolhidos, então em um deles ocorreu violação de lei federal e, no fundamento remanescente, ocorreu grave injustiça pela má apreciação da prova que se produziu. Nesse caso, é cabível o recurso especial devolvendo-se ao tribunal *ad quem* todas as questões suscitadas e decididas pelo juiz monocrático.
- C É cabível recurso extraordinário contra sentença terminativa proferida em causa decidida, em única instância, por vício de afronta à ordem constitucional.
- D Durante as férias forenses não correm prazos processuais e o processo fica suspenso. Assim, o recurso interposto nas férias forenses não deve ser conhecido, por ser intempestivo.
- E A competência para o juízo de admissibilidade do recurso é do tribunal *ad quem*, destinatário do mesmo recurso. Entretanto, pode o juiz monocrático fazer o juízo de admissibilidade preliminar e provisório. Contra a decisão proferida nesse juízo de admissibilidade, sendo positiva ou negativa, é cabível o agravo de instrumento.

QUESTÃO 36

Acerca da suspensão do processo e da ação de execução, assinale a opção correta.

- A Ocorre a suspensão do processo quando um acontecimento, voluntário ou não, provoca, temporariamente, a paralisação da marcha dos atos processuais. A suspensão não elimina o vínculo jurídico emanado da relação processual, que, mesmo inerte, continua a subsistir com toda sua eficácia. Assim, os atos processuais anteriormente praticados permanecem íntegros e válidos e os prazos iniciados antes da suspensão não ficam prejudicados na parte já transcorrida.
- B A morte da parte requerida, no curso de uma ação de divórcio, acarreta a suspensão do processo enquanto não houver sua substituição pelo respectivo espólio ou pelos sucessores.
- C Para efeito de suspensão do processo, a dissolução ou extinção de pessoa jurídica se equipara à morte da pessoa natural.
- D Sendo a penhora de bens insuficiente à satisfação do crédito do exequente, o juiz pode indeferir corretamente a petição inicial dos embargos do devedor por ausência de segurança do juízo, com base no pressuposto processual da validade da oposição do devedor.
- E Na hipótese de o devedor ajuizar ação de consignação em pagamento, o credor só poderá propor ação de execução, para receber o referido débito, após a decisão da consignatória, por ocorrer, no caso, a conexão por prejudicialidade com a consignatória, por identidade de objeto.

QUESTÃO 37

A respeito da competência e da intervenção de terceiros, assinale a opção **incorreta**.

- A O Estado-membro não tem foro privilegiado, mas juízo privativo — vara especializada — nas causas, que devem correr na comarca da capital, quando a Fazenda for autora, ré ou interveniente. Nas causas pertencentes à competência territorial de qualquer outra comarca, não pode a lei de organização judiciária atrair causas para o foro da capital.
- B Verifica-se a continência quando há identidade de partes e de causa de pedir, sendo parcialmente comum o objeto. Ocorrendo a continência, impõe-se a extinção de um dos processos sem julgamento do mérito, pois uma das demandas encontra-se inteiramente contida na outra. Assim, há continência, por exemplo, se uma das demandas tem por objeto a anulação de cláusula contratual e outra a nulidade de todo o contrato.
- C Proposta a ação, que ocorre com o despacho e a distribuição da inicial, a competência então determinada não mais se altera, perpetuando-se perante aquele juízo. Assim, modificações posteriores à propositura da demanda, de fato ou de direito, são irrelevantes se o critério determinante disser respeito à competência relativa. Tratando-se de competência absoluta não se aplica a *perpetuatio jurisdictionis*.
- D Com a denunciação da lide, objetiva-se permitir ao autor ou ao réu denunciante obter, no mesmo processo e pela mesma sentença que o privar do bem de sua posse ou propriedade, ou que lhe impuser a obrigação de ressarcir perdas e danos, o reconhecimento de seu direito de, regressivamente, ser reembolsado, pelo terceiro denunciado, daquilo de que foi desfalcado seu patrimônio, por força de decisão desfavorável proferida contra ele na demanda originária em que ocorreu a intervenção.
- E O chamamento ao processo é a admissibilidade de o réu fazer com que co-devedores solidários passem a integrar o pólo passivo da demanda junto com ele, em litisconsórcio.

QUESTÃO 38

Em relação à responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ A obrigação de reparação civil só surge quando há relação de causalidade entre a ação ou a omissão do agente e o dano sofrido pela vítima. É obrigatório para a caracterização, tanto na responsabilidade objetiva como na subjetiva, que o dano seja decorrente da atitude do réu e que este tenha agido com culpa.
- Ⓑ No ressarcimento do dano moral está compreendido o dano estético. Assim, se em ação de indenização houve pedido de reparação pecuniária por danos morais e estéticos decorrentes do mesmo fato, inadmissível é o deferimento do pedido, pois não é possível a cumulação do dano moral e do dano estético, ainda que ambos possuam fundamentos distintos, originários do mesmo fato.
- Ⓒ O cometimento de um ato contrário ao direito, por si só, não basta para a caracterização da responsabilidade civil, pois o dano é elemento fundamental para a imposição da obrigação de indenizar, tanto na responsabilidade objetiva como na subjetiva. Sem o prejuízo, um comportamento ilícito pode passar despercebido pelo mundo jurídico.
- Ⓓ Na responsabilidade civil indireta do patrão por danos causados por seus empregados a culpa é presumida, sendo que o ônus da prova cabe ao lesado, não só quanto ao ato praticado como quanto à culpa *in vigilando* do empregador, excluindo-se a responsabilidade daquele que causou o dano, se não ficar provado que agiu com culpa.
- Ⓔ O ajuizamento de uma ação de cobrança, na qual, posteriormente, foi julgado improcedente o pedido, enseja obrigação de indenização por danos morais e reparação civil, mesmo que o autor não tenha agido com má-fé, pois causou graves transtornos e aborrecimentos indevidos ao réu.

QUESTÃO 39

Com referência aos fatos jurídicos e aos bens, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética.
Foi celebrado contrato de honorários advocatícios no qual uma das partes assumiu preço desproporcional ao real prejuízo experimentado. Posteriormente, um dos contratantes alegou que, no momento da realização do ato negocial, encontrava-se em estado emocional alterado.
Nessa situação, o negócio jurídico entabulado pelas partes é nulo, por ocorrência de vício de consentimento, fruto de erro substancial.
- Ⓑ É nulo o negócio jurídico no qual ambas as partes tenham reciprocamente agido com dolo, por prevalência do interesse social a exigir a absoluta ineficácia do ato negocial, pois, para validade do ato jurídico, é necessária a satisfação dos seguintes pressupostos: capacidade das partes, liceidade do objeto e obediência à forma, quando prescrita. No entanto, não é cabível a nenhuma das partes reclamar indenização, devendo cada uma suportar o prejuízo experimentado.
- Ⓒ Os bens fungíveis são os que, por sua qualidade individual, têm valor especial e não podem ser substituídos por outro da mesma espécie. A fungibilidade pode apresentar-se em bens móveis e imóveis.
- Ⓓ Segundo o direito brasileiro, na hipótese de casamento realizado no exterior, há prevalência *juris tantum* de validade do mesmo. Entretanto, os efeitos do casamento contam-se da data de transcrição e averbação do mesmo no cartório competente. Assim, a omissão de estado civil ainda não-legalizado no Brasil não revela má-fé e dolo no sentido de simular o negócio jurídico.
- Ⓔ A fraude contra credores consiste na alienação de bens capazes de satisfazer a pretensão legítima do detentor de um crédito. É lícito o credor propor ação pauliana que vise à desconstituição da alienação fraudulenta e a retomada do bem imóvel ao patrimônio do devedor para satisfazer crédito preexistente.

QUESTÃO 40

Assinale a opção correta.

- Ⓐ O prazo de decadência implica extinção do direito, corre contra todos e não se suspende nem se interrompe.
- Ⓑ O parentesco por afinidade é um vínculo estritamente pessoal, portanto, os afins de um cônjuge ou companheiro são afins entre si.
- Ⓒ A prescrição interrompe-se e suspende-se nos casos taxativos enumerados em lei. Ocorrendo a interrupção ou a suspensão, o prazo anterior não é computado, iniciando-se nova contagem após o ato que interrompeu o curso prescricional.
- Ⓓ Desconsideração da personalidade jurídica significa não mais separar as pessoas do sócio e da sociedade, tornando os primeiros também suscetíveis de responder pelas obrigações contraídas pela sociedade da qual fazem parte, em caso de abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- Ⓔ O pródigo é relativamente incapaz. Assim, não pode, sem assistência de seu curador, administrar os seus próprios bens, nem praticar validamente todos os demais atos da vida civil.

QUESTÃO 41

Teodoro, um rapaz de 18 anos de idade, foi criado por seu tio Ciro, de 52 anos de idade, solteiro e muito rico. O rapaz resolveu tirar vantagem dessa situação e planejou com seus amigos Fabrício, Ricardo (ambos com 18 anos de idade) e Flávio (com 19 anos de idade) um roubo na casa de Ciro. Teodoro indicou aos amigos a localização dos objetos de valor da residência e forneceu-lhes a chave da porta dos fundos. No dia 25 de março de 2004, tarde da noite, Ricardo e Flávio, armados com um revólver de brinquedo, entraram na casa e, quando estavam prestes a abrir o cofre, foram surpreendidos por Ciro, que havia sido despertado pelos ruídos. Apavorados, Ricardo e Flávio ameaçaram Ciro com o revólver de brinquedo, imobilizando-o e trancando-o no banheiro. Após subtraírem notas de dólares do cofre, Flávio e Ricardo fugiram no veículo no qual Fabrício os aguardava. Pouco depois, Teodoro libertou o tio e, posteriormente, apresentou a *notitia criminis* na delegacia de polícia próxima à sua residência. Mais tarde, a polícia soube que Teodoro participou do delito.

Considerando a situação hipotética acima descrita, assinale a opção correta.

- Ⓐ Meras suspeitas da colaboração de Fabrício no crime não podem ser havidas como indícios suficientes de participação, a justificar a necessidade da prisão preventiva deste. Para tanto, devem os indícios convencer o juiz da probabilidade da prática do crime, e não mera possibilidade. Em um Estado Democrático de Direito, sob a égide de uma Constituição como é a brasileira, para se limitar provisoriamente o exercício da liberdade de alguém sujeito a *persecutio criminis*, exige-se a forte probabilidade da pessoa contra a qual é decretada a prisão ser autor do crime, inadmitindo-se qualquer possibilidade de erro.
- Ⓑ Em face das regras da culpabilidade, bem como do concurso de pessoas, os elementos normativos devem estar presentes rigorosamente de acordo com a descrição contida no tipo, e qualquer raciocínio contrário implica a aplicação da analogia em matéria incriminadora, vedada pelo ordenamento jurídico.
- Ⓒ A utilização de arma de brinquedo na prática do roubo configura roubo simples, caracterizando-se o concurso material de crime com o delito tipificado na Lei n.º 9.437/1997: utilizar arma de brinquedo, simulacro de arma capaz de atemorizar outrem, para o fim de cometer crimes.
- Ⓓ A Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) deve ser elaborada por uma legislação tecnicamente correta no que se refere ao uso da arma de brinquedo na prática de roubo, para não violentar o princípio da legalidade das penas no que concerne ao postulado básico da exigência de que os crimes, como as penas, devem ser previstos de forma determinada, ou seja, com clareza e precisão.
- Ⓔ Uma vez que a arma de brinquedo utilizada para ameaçar Ciro é inapta para produzir disparos, não é possível caracterizar a majorante do emprego de arma, por absoluta impropriedade do objeto, caracterizando o crime impossível. A qualificadora do concurso de pessoas também não se dará, por causa da ausência de Fabrício na execução do crime.

QUESTÃO 42

O processo penal é um conjunto orgânico e teleológico de atos jurídicos necessários ao julgamento ou atendimento prático da pretensão do autor, ou mesmo de sua admissibilidade pelo juiz. Nesse sentido, abrange tanto o processo de conhecimento e o processo cautelar como o de execução. O processo será penal de acordo com a natureza da pretensão deduzida em juízo pelo autor (pretensão punitiva ou de liberdade, esta em sentido amplo). Destarte, se o julgamento da pretensão ou de sua admissibilidade se fizer por meio da aplicação de uma norma penal ou processual penal, tratar-se-á de processo penal. Caso contrário, o processo será civil ou administrativo.

Afrânio Silva Jardim. *Direito Processual Penal*. Forense: Rio de Janeiro, 1990, p. 39-40 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta.

- Ⓐ A tutela das liberdades individuais, especial, mas não unicamente por meio do processo penal, é apreciada pelo garantismo. O sistema de garantias penais e processuais penais, principalmente, está dirigido ao controle do poder, especialmente por meio da legalidade. A teoria do garantismo busca os fundamentos da legitimidade do exercício do poder. Atualmente, a apuração das infrações de menor potencial ofensivo é regida, em linhas gerais, pelas Leis n.º 9.099/1995 e n.º 10.259/2001 (Juizados Especiais Criminais). Na hipótese de ação penal privada subsidiária da pública, face ao princípio da obrigatoriedade, e não tendo havido acordo civil, o procedimento tem seqüência para que o Ministério Público proponha, preenchidos os requisitos legais, a transação penal.
- Ⓑ As interações entre o direito penal e o processo penal não exigem, para a concretização do direito penal, regulamentação complementar que discipline a investigação do delito e permita a imposição da consequência jurídica àquele que realizou o tipo penal. Portanto, seria desnecessário abordar minuciosamente os temas entre esses dois ramos jurídicos, bastando a alusão de que o tratamento da ação penal, da aplicação, da suspensão condicional da pena e dos incidentes de execução das penas e medidas de segurança, além de outras questões e institutos, como as causas extintivas da punibilidade, se promove originalmente nos domínios do direito penal.
- Ⓒ Os pressupostos processuais nada mais são do que relações preliminares de natureza constitucional, administrativa, civil, etc. ou mesmo de caráter processual, necessárias à existência ou à validade da relação processual e sempre referente aos sujeitos ou objeto dela. Os pressupostos, pois, são considerados como dispensáveis à constituição e validade da relação processual. O primeiro pressuposto processual subjetivo referente às partes é que as mesmas tenham capacidade de ser parte. Pela ordem jurídica, ao lado da pessoa humana vamos encontrar a pessoa jurídica. Assim, a ausência de capacidade processual produz, como consequência jurídico-processual, a ausência de legitimidade passiva *ad causam* na relação processual.
- Ⓓ A Constituição Federal de 1988 restringiu os estreitos limites das condições da ação a diversas entidades de defesa dos direitos, por exemplo, no caso da ação civil pública em defesa do meio ambiente. Com isso, a lei concede direito a quem não seja titular do interesse substancial. Se alguém se propõe a defender interesse de outrem, surge a figura do substituto processual.
- Ⓔ A jurisdição é o poder-dever que cabe ao Estado de, substituindo-se as partes, resolver o conflito de interesse que lhe é apresentado a fim de que, tutelando o ordenamento jurídico, dê a cada um o que é efetivamente seu. Tem como escopo a atuação da vontade concreta da lei, por meio de substituição, pela atividade de órgãos públicos, da atividade de particulares ou de outros órgãos, afirmando a existência da lei ou tornando-a praticamente efetiva.

Dois candidatos a cargos eletivos tiveram, subjacentemente com repercussão eleitoral, suas honras atacadas pela imprensa. A notícia foi publicada simultaneamente em jornais de mais de um estado. O crime é uno quando mesma conduta é publicada em jornais, ainda que em estados diferentes. Os ofendidos formularam ao juízo comum pedido de resposta, nos termos da Lei n.º 5.250/67, no lugar da empresa expedidora da notícia, por entenderem que pouco importa que um dos periódicos, por contrato, receba a matéria e apenas imprima o jornal. Embora em período eleitoral, o ataque pela imprensa visou ferir mais a honra pessoal que a honra dos candidatos propriamente dita. O juízo comum, entendendo que se tratava de matéria eleitoral, deu-se por incompetente e enviou os autos para a justiça especializada (justiça eleitoral), que suscitou o conflito negativo de competência.

Jurisprudência Criminal: Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. 4.ª ed. 1992/1998, p. 148.

Considerando o texto acima, assinale a opção correta.

- A** Em casos de crime de calúnia, injúria ou difamação, cometidos em período eleitoral, há que se atentar para o contexto em que o crime se consumou. Quando o ataque é desferido contra a honra pessoal e contra a pessoa do candidato, configura-se crime eleitoral, sendo competente a Justiça Especial Eleitoral.
- B** Nos crimes de imprensa, o lugar do delito, para determinação da competência territorial, é o local em que for impresso o jornal, ou periódico, e o local do estúdio do permissionário ou concessionário do serviço de radiodifusão, bem como o da administração principal da agência noticiosa. A queixa, dado o sistema *par cascade* da Lei de Imprensa, deve individualizar o diretor do jornal, não bastando referência genérica no caso de haver mais de um diretor.
- C** Considere que foi oferecida denúncia por crime de imprensa em que se ofendeu funcionário público em razão da função. Considere ainda que a denúncia não trazia descrição de qualquer fato e limitava-se a alegar que o agente “tratou de denegrir a reputação da vítima” e “difamou a vítima”. Nessa situação, não há descumprimento flagrante da norma imperativa do art. 41 do Código de Processo Penal nem dificuldade para o exercício do direito à defesa, pois o Ministério Público não detém legitimidade para propor a ação penal, vez que a regra para a tutela penal da honra é a ação privada.
- D** Considere a seguinte situação hipotética.
Determinado recorrente foi condenado a 3 anos de detenção, com convolação em multa, por crime praticado por meio da imprensa (Lei n.º 5.250/1967, art. 21, *caput*). O Ministério Público opinou pela condenação. Como o querelado perdeu o prazo para manifestar-se, impetrou posteriormente *habeas corpus*, no qual argüiu a nulidade do processo, a partir daí, por entender violado o devido processo legal na modalidade da ampla defesa. O art. 45, inciso IV, da Lei de Imprensa abre prazo para que o autor e réu falem seguidamente. O art. 42, parágrafo segundo, inciso II, determina que seja ouvido o Ministério Público.
Nessa situação, uma vez que o *parquet* se manifestou, como *custus legis*, contra o querelado, o juiz, sob pena de violação material da cláusula do devido processo legal, deveria ter dado oportunidade ao recorrente para que ele rebatesse as argumentações ministeriais.
- E** No caso de crime de lavagem de dinheiro, crime contra a honra e contra a administração pública tendo como sujeito ativo determinado deputado federal, no exercício de seu mandato, pode ser utilizada a interceptação telefônica em qualquer procedimento ou processo. A Lei n.º 9.296/1996 delimitou o uso desse meio probatório, que só vale para fins de investigação ou instrução de processual criminal. Assim, durante investigação criminal levada a cabo pelo Ministério Público em parceria com Comissão Parlamentar de Inquérito que se destina a apurar fatos relacionados com a administração pública, é cabível esse meio probatório.

QUESTÃO 44

Selma, mulher *tcheca*, mora em um *trailer* alugado no quintal de um casal americano. Ela possui um único objetivo na vida: trabalhar para economizar dinheiro suficiente para uma cirurgia em seu filho. O senhorio, um policial prestes a perder a casa pelo vencimento da hipoteca, conquista a confiança de Selma, que lhe confia seu segredo — economiza os recursos que ganha como operária para pagar a cirurgia de seu filho que tem uma doença hereditária que lhe tira gradativamente a visão. Pouco depois, o senhorio, disfarçadamente, entra no *trailer* de Selma e furta-lhe todas as economias. Nesse dia, antes de descobrir o furto, Selma é despedida da fábrica e, com a indenização e o dinheiro já acumulado, pretende deixar paga a cirurgia de seu filho. Quando ela entra no *trailer* e descobre vazia a lata onde guardava o dinheiro, vai à casa do seu senhorio e pede que ele lhe devolva o dinheiro. Os dois iniciam uma luta, durante a qual o revólver dele dispara, atingindo-o. O senhorio, arrependido e mortalmente ferido, pede a Selma que lhe tire a vida logo. Selma, não resistindo aos pedidos dele, atinge-o fatalmente com diversos golpes utilizando uma caixa de metal. Assim, salva seu dinheiro e corre ao cirurgião para pagar a futura operação de seu filho, com a certeza de que ninguém acompanha seus passos. Em seguida é presa, acusada de latrocínio e vai a julgamento, pois, para toda a sociedade, era o senhorio a vítima.

Maurício Antonio Ribeiro Lopes e Vera Maria de Oliveira Lopes.
Dançando no Escuro com o Sistema Penal.

Considerando que a situação descrita no texto ocorresse em território brasileiro e fosse analisada de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A** Uma vez que a negativa advinda do senhorio e a ameaça de perda de visão do filho respaldam a conduta de Selma, esta agiu levada pelo estado de necessidade. Essa circunstância atenuante seria suficiente para a fixação da pena em período aquém do mínimo legal. Na fase de fixação do cumprimento inicial da pena, o julgador deve verificar a presença de circunstâncias judiciais que possibilitem o estabelecimento de regime mais favorável a Selma.
- B** Com a afirmação da imputabilidade e da potencial consciência do injusto, encontra-se substancialmente firmada a culpabilidade. Isso é suficiente para que a ordem jurídica estabeleça a censura de culpabilidade.
- C** Selma agiu em legítima defesa putativa (excludente da culpabilidade) e em legítima defesa real (excludente da ilicitude).
- D** Selma perde, em decorrência do erro de proibição, a compreensão da ilicitude do fato. Supõe que atua de forma lícita, conforme a norma. Ela sabe o que faz tipicamente, mas supõe de modo errôneo que era permitido.
- E** Quem se apodera de coisa alheia, que erroneamente considera sua, encontra-se em erro de tipo, pois não sabe que subtrai coisa alheia. Quem acredita ter direito de fazer justiça com as próprias mãos e se apodera de coisa alheia encontra-se em erro de proibição, sobre a ilicitude de sua conduta. Quem desconhece que a coisa de que dispõe está penhorada ou embargada erra sobre uma característica do tipo, mas quem, sabendo-o, acredita erroneamente ter direito de dispor dela, encontra-se em erro de proibição.

QUESTÃO 45

Quanto aos princípios da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I Com fundamento no princípio da legalidade, a administração pública tem liberdade condicionada e vontade limitada, uma vez que o poder discricionário do administrado não vai além do que a lei permite. Desta forma, conclui-se que ao administrador é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe.
- II O princípio da impessoalidade, ou princípio da finalidade, é assim denominado porque, por esse princípio, o administrador público tem como objetivo o interesse público, de sorte que todo ato que tiver caminho diverso está suscetível a invalidação por desvio de finalidade.
- III O princípio da moralidade constitui pressuposto de validade do ato administrativo, portanto o administrador não tem de obedecer apenas à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, pois a moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e segundo a finalidade de sua ação.
- IV O princípio da publicidade consiste na divulgação do ato para conhecimento público. Portanto, leis, atos e contratos da administração pública que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que as emitem, para terem validade perante as partes e terceiros, precisam ser publicados no Diário Oficial ou nos jornais de grande circulação.
- V A eficiência não é princípio da Administração Pública, mas, como o objetivo da administração pública é o bem comum, indiretamente a atividade administrativa está vinculada a um princípio geral da eficiência, devendo buscar o rendimento funcional, ou seja, agir de forma transparente, imparcial, eficaz e sem burocracia, objetivando a melhor utilização possível dos recursos públicos, evitando desperdícios.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e V.
- E** IV e V.

QUESTÃO 46

Acerca da descentralização, da desconcentração e da administração direta e indireta, julgue os itens seguintes.

- I As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno, de natureza meramente administrativa, instituídas por lei específica, que compõem a administração pública direta e estão diretamente subordinadas à entidade estatal-matriz.
- II O Estado é o detentor dos poderes da administração pública. Quando o Estado atribui a outra pessoa o exercício de atividade pública ou de interesse público, está fazendo a desconcentração.
- III As entidades empresariais, como a Caixa Econômica Federal, compõem a estrutura da administração pública indireta, podendo ser instituída tanto sob a forma de empresa pública como de sociedade de economia mista, devendo sua criação ser autorizada por lei específica.
- IV A descentralização parte de idéia semelhante à da desconcentração, porém, nesse caso, a repartição de função é feita entre os próprios órgãos despersonalizados que compõem a estrutura do Estado que, desta forma, não agem em nome próprio, mas sim em nome do Estado.
- V As fundações públicas são pessoas jurídicas de direito público interno, da administração indireta, criadas por lei específica.

Estão certos apenas os itens

- A I e II. D III e V.
- B I e IV. E IV e V.
- C II e III.

QUESTÃO 47

Considerando que as opções a seguir são dispositivos integrantes de um hipotético edital de concurso público de provas e títulos para provimento de cargos de nível superior no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás (TRE/GO), assinale a opção que contém um dispositivo lícito.

- A É requisito para a investidura no cargo ser maior de 25 anos de idade.
- B É requisito para a investidura no cargo ser brasileiro nato.
- C Na prova de títulos, valerá dois pontos cada ano de efetivo exercício na justiça eleitoral e um ponto cada ano de efetivo exercício em atividade no TRE/GO.
- D O concurso terá prazo de validade de um ano, contado a partir da data de sua homologação, prazo esse que poderá ser prorrogado por até três vezes, a critério da administração.
- E Em caso de empate na nota final do concurso, terá preferência o candidato com maior idade.

QUESTÃO 48

Andréa atualmente reside em Brasília – DF, onde ocupa cargo técnico na administração indireta da União, exercendo função de administradora de recursos humanos. Amanhã, Andréa será nomeada para cargo técnico de provimento efetivo no TRE/GO, para exercer funções administrativas na sede do próprio tribunal, cargo no qual ela pretende tomar posse e entrar em exercício o mais rapidamente possível.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- A A posse de Andréa no cargo do TRE/GO acarretará a vacância do cargo que ela atualmente ocupa na administração indireta federal.
- B No ato da posse, Andréa será dispensada de apresentar declaração discriminando os bens e valores que constituem o seu patrimônio, pois ela já é ocupante de cargo público federal.
- C Se Andréa tomar posse mas não entrar em exercício dentro do prazo legalmente estabelecido, sua nomeação deverá ser anulada.
- D Quando tomar posse, Andréa terá direito a receber ajuda de custo para custear sua mudança de Brasília – DF para a capital de Goiás.
- E Andréa terá o dever legal de residir na capital de Goiás a partir do momento em que entrar em exercício no cargo do TRE/GO.

QUESTÃO 49

Assinale a opção que **não** descreve uma competência do TRE/GO.

- A Expedir instruções para o exato cumprimento das normas eleitorais.
- B Responder a consulta feita, em tese, sobre matéria eleitoral, por partido político regularmente constituído.
- C Fixar o vencimento dos seus membros.
- D Fixar os quocientes eleitoral e partidário, nas eleições para a Assembléia Legislativa estadual.
- E Diplomar os eleitos para os cargos de senador da República e deputado federal.

QUESTÃO 50

Acerca do TRE/GO, assinale a opção **incorreta**.

- A Salvo os casos previstos na Constituição Federal, as decisões do TRE/GO são terminativas.
- B Em regra, as decisões do TRE/GO devem ser tomadas pela maioria absoluta dos membros que o compõem.
- C O TRE/GO somente pode declarar a inconstitucionalidade de lei em seção na qual estejam presentes todos os membros do Tribunal.
- D É vedado o julgamento pelo TRE/GO de mandado de segurança que não integre pauta previamente publicada no Diário da Justiça.
- E O julgamento de *habeas corpus* independe de sua prévia inclusão em pauta.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **folha de TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Os sistemas de representação proporcional adotados nas legislações eleitorais modernas representam o esforço da democracia na conquista da distribuição eqüitativa do voto. Não foram imaginados de um dia para o outro. Vieram surgindo pouco a pouco da luta pelo aperfeiçoamento do sufrágio universal nos países de intensa vibração popular.

Gilberto Amado. *Eleição e representação* (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito dos sistemas de representação proporcional abordando necessariamente os seguintes aspectos:

- ▶ a presente polêmica sobre a reforma política e, especialmente, o princípio constitucional sobre a igualdade do voto;
- ▶ as distinções entre sistemas eleitorais: o sistema proporcional de lista aberta, o sistema proporcional de lista fechada e o sistema distrital ou majoritário.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	